



Diário Oficial

Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

Porto Velho, 30 de maio de 2023

Edição Suplementar 100.1

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GOVERNADORIA

LEI Nº 5.552, DE 30 DE MAIO DE 2023.

Institui o Dia da Segurança Pública do Estado de Rondônia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia da Segurança Pública do Estado de Rondônia, a ser comemorado, anualmente, em 21 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de maio de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 0038641405

LEI Nº 5.553, DE 30 DE MAIO DE 2023.

Concede revisão anual aos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida revisão anual de 8% (oito por cento) na remuneração dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Parágrafo único. A revisão anual de que trata esta Lei incidirá sobre as tabelas vigentes, objeto da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, que "Reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia".

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2023.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 30 de maio de 2023, 135º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 0038326490

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD

BALANÇO

METRÓPOLE AUDITORES ASSOCIADOS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE PARECER DA AUDITORIA

Ilmo. Sr.

Diretor Presidente

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDONIA S/A - CAERD

CNPJ Nº 05.914.254/0001-39

OPINIÃO com RESSALVAS

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDONIA S/A - CAERD**, que compreendem o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado e Exercício (DRE), Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo - "**Base para opinião com ressalva**" - as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDONIA S/A - CAERD**, o desempenho de suas operações para o exercício findo nesta data, ou seja, exercício iniciado em 01/01/2022 e encerrado em 31/12/2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao setor público - NBC T 16.6 (R1), Lei 6.404/76, Lei 4.320/64 e MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Base para Opinião com Ressalvas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a **evidência** de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa **opinião**.

(i) Nas Demonstrações Contábeis, a **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDONIA S/A - CAERD** tem um valor de Ativo Imobilizado líquido no montante de R\$ 251.324.717 (duzentos e cinquenta e um milhões trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e dezessete reais), sendo Bens em Operação em um total de R\$ 228.520.884 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos e vinte mil e oitocentos e oitenta e quatro reais) e Imobilizações em andamento R\$ 22.303.833 (vinte e dois milhões, trezentos e três mil, oitocentos e trinta e três reais), porém não existe um inventário patrimonial com aplicação do teste de impairment para o exercício de 2022.

Conforme parágrafo (§ 3 do art. 183 da Lei 6.404/1976 é uma regra segunda a qual a companhia deverá efetuar, **periodicamente**, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível para assegurar que os valores contábeis dos bens do Ativo Imobilizado não estejam superiores ao valor de mercado.

Somos contudentes nesta ressalva porque sabemos que o teste de impairment terá ações reflexas nas Demonstrações Contábeis da companhia. Reforçamos ainda a necessidade de um Controle Patrimonial saneado e conciliado tendo em vista que o Ativo Imobilizado da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDONIA S/A -**

CAERD estar vinculado a sua atividade meio.

PARÁGRAFO DE ÊNFASE

ii. O Passivo Não Circulante da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDONIA S/A - CAERD** totaliza um montante de R\$ 1.800.446.590,00 (um bilhão, oitocentos milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e quinhentos e noventa reais), no caso de uma eventual descontinuidade operacional da Companhia, os ativos poderão suportar apenas 21% das exigibilidades, sendo que a Companhia não terá como suportar 79% das obrigações contraídas.

iii. O valor do Patrimônio Líquido está descoberto em R\$ 1.560.389.673,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta milhões, trezentos e oitenta e nove mil e seiscentos e setenta e três reais) em consequência de uma sucessão de prejuízos que evidenciam uma situação de insolvência.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis.

A administração da **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDONIA S/A - CAERD** é

responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor Público NBC TSP

16.6 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável, pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando seus serviços e quando aplicável, reportar os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Reinaldo Santos Oliveira Júnior CRC nº 006350/SE

Metrópole Auditores Associados CNPJ nº 43.384.179/0001-30 CRC nº 003374/DF

CVM nº 13277

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Públicos em Geral

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE RONDONIA S/A - CAERD referente ao exercício de 2022 juntamente com Parecer dos Auditores Independentes.

CLEVERSON BRANCALHÃO DA SILVA
DIRETOR PRESIDENTE

Breve Relato da Administração

Conseguimos em pouco tempo implementar diversas iniciativas que nos propusemos para “fazer diferente”. Melhoramos nossas lojas de atendimento ao público com novos profissionais, a experiência com clientes e engajamentos internos. Na área administrativa, contratamos diversos funcionários através de processo seletivo, com qualificação específica em várias carreiras profissionais tais como: advogados, administradores, contadores, engenheiros, além de agentes de suportes.

Deixamos as plataformas digitais estáveis e funcionais dando opções aos usuários inseridos no mundo digital. Melhoramos os prazos aos usuários no que tange a recebimento de contas atrasadas, reparos, ligações, religações, retirada de vazamentos, dentre outros. Melhoramos também o relacionamento com fornecedores, os quais contribuem para geração de caixa e, é claro, adquirimos maior credibilidade junto a terceiros.

Por isso e muito mais, temos convicção que estamos no rumo certo, em administrar com responsabilidade primando pela excelência no trato com a Companhia. Há clara evolução no âmbito da Caerd resultado das mudanças inseridas, tanto na motivação e vibração do nosso “time”, quanto na performance da prestação de serviços à população. Estamos investindo nas estruturas de aferição do consumo de água, com aquisição de centenas de hidrômetros para proporcionar cobranças justas e consequentemente gerar maior economia de consumo evitando o desperdício.

Manteremos foco total na captação de novos clientes, na expansão de nossas redes e malhas hidráulicas, na recuperação de créditos a receber, no comercio digital por meio de aplicativos visando ofertar à população soluções rápidas às suas demandas.

O resultado dessas ações será tasteado pelos fluxos de caixa mais robustos dando condições de avançar nos investimentos necessários às alavancagens da Companhia. Não é à toa que buscamos com rapidez as transformações que modificam e que elevam o desempenho e a performance da instituição.

Muitos desafios nos esperam, todavia estamos aplicados em apresentar resultados positivos, empregando os meios essenciais para encontrar o equilíbrio econômico-financeiro e tornar a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia viável.

Diretoria Executiva

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD							
CNPJ: 05.914.254/ 0001-39							
BALANÇO PATRIMONIAL							
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em R\$ (Centavos omitidos)							
ATIVO	NOTA	2022	2021	PASSIVO	NOTA	2022	2021
CIRCULANTE		125.471.267	106.941.689	CIRCULANTE		143.518.339	206.187.666
Caixa e Equivalentes		17.763.939	4.118.237	Empreiteiros e Fornecedores	3j, 11a	37.354.049	33.778.553
Caixa e Bancos	3a,5	17.763.939	4.118.237	Parcelamento FGTS	12	1.295.587	1.158.759
Créditos de Curto Prazo		91.575.496	84.136.843	Impostos e Contribuições a Recolher	13	55.505.652	77.142.110

Contas a Receber	3b, 6a	110.940.567	104.103.015	Férias, 13º salário e Encargos Sociais a Pagar	14	12.795.956	54.871.283
Ajustes de Créditos de Liquidação Duvidosa	3c, 6a	(19.365.071,00)	(19.966.172)	Ordenados e Salários a Pagar	15a	994.629	2.169.922
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.075.426	7.764.506	Acordo Trabalhista/ Judicial	15b	772.439	90.918
Depósitos Judiciais	3e, 8a	4.996.602	4.689.485	Fundo de Participações (PIS/ PASEP)	16	5.639.904	6.663.508
Depósitos e Valores Vinculados	8b	3.078.824	3.075.021	Consignações a Recolher	18	24.930.368	24.821.326
Adiantamentos Concedidos		2.007.874	1.723.469	Outras Obrigações	19	3.998.247	5.255.228
Adiantamentos	3f, 8c	2.007.874	1.723.469	Provisões - Ações Cíveis	17b,	231.508	236.059
Impostos a Recuperar	3g, 8d	2.692.092	2.439.872	NÃO CIRCULANTE		1.800.446.590	1.716.233.649
Estoque/ Transferência de Estoque	3d, 7	3.356.440	6.758.762	Empreiteiros e Fornecedores		0	79.194
NÃO CIRCULANTE		258.103.989	255.813.982	Encargos Sociais a Recolher - Parcelamento FGTS	11a	2.847.683	4.379.368
Realizável a Longo Prazo		6.730.810	6.958.911	Provisões - Ações Trabalhistas		237	237
Pagamentos Pactuados	6b	6.730.148	6.955.029	Provisões - Ações Cíveis	17c	9.407.237	9.407.237
Financiamentos Pactuados	6b	662	3.882	Provisões Tributárias e Previdenciárias	17c	514.552.504	514.552.504
Investimentos		48.462	48.462	Provisões Tributárias Não Previdenciárias	17c	545.306.471	477.807.240
Participações em Ações ou Cotas	3h, 9	48.462	48.462	Eletróbrás - Distribuição Rondônia	17c	704.802.491	685.577.902
Imobilizado	3i, 10	251.324.717	248.806.609	Tributárias - ICMS/ IPI	17c	52.003	52.003
Bens em Operação		228.520.884	226.002.776	Acordo Passivo Trabalhista	17c	23.477.965	24.377.965
Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto/ Imóveis	10a	247.170.640	247.880.925	PATRIMONIO LIQUIDO	20b	(1.560.389.673,00)	(1.559.665.644,00)
Depreciação Acumulada Sistema de Água/ Imóveis	10d	(96.643.024,51)	(93.440.246,99)	Capital Social	20a	182.631.833	162.631.833

Bens de Uso em Geral/ Móveis+Terrenos/Prédios	10b	112.939.714	105.125.828	Reserva de Capital	20a	390.198	390.198
Depreciação Acumulada Bens em Geral/ Móveis	10d	(34.946.446,37)	(33.563.730,01)	Reserva de Reavaliação	21	30.446.116	31.756.713
Imobilizações em Andamento		22.803.833	22.803.833	Prejuízos Acumulados	22	(1.773.857.820,00)	(1.754.444.388,00)
Obras em Andamento	10c	22.803.833	22.803.833				
TOTAL DO ATIVO		383.575.256	362.755.671	TOTAL DO PASSIVO		383.575.256	362.755.671
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.							

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA			
CNPJ: 05.914.254/ 0001-39			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em R\$ (Centavos omitidos)			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS		132.907.564	128.429.365
De Serviços de Abastecimento Água/ Esgoto		125.835.229	121.257.754
Indiretas-Esgoto		29.111	20.193
Indiretas-Água		6.222.675	5.694.443
Outras Receitas		820.549	1.456.975
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(14.195.982)	(13.761.791)
Devoluções e Cancelamentos		(2.179.558)	(2.237.855)
Impostos Incidentes sobre os Serviços Vendidos		(12.016.424)	(11.523.936)
Receita Líquida		118.711.582	114.667.574
CUSTOS DOS SERVIÇOS		(186.105.842)	(158.171.210)
Operação e Manutenção		(186.105.842)	(158.171.210)
Prejuízo Bruto		(67.394.260)	(43.503.636)
DESPESAS OPERACIONAIS		(27.081.924)	(33.877.302)
Administrativas		(24.842.586)	(31.527.385)
Financeiras Líquidas		(2.239.338)	(2.349.917)
RESULTADO OPERACIONAL		(94.476.184)	(77.380.938)
Outras Receitas Não Operacionais		6.208.688	3.698.434
Resultado Não Operacional		6.208.688	3.698.434
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(88.267.496)	(73.682.504)
PREJUÍZO POR AÇÃO		(0,4833)	(0,4531)
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

QUADRO III-DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA	
CNPJ: 05.914.254/ 0001-39	

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em R\$ (Centavos omitidos)**DMPL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2021 e 2022**

DESCRIÇÃO	NOTA	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		162.631.833	390.198	32.848.878	(1.671.322.541)	(1.475.451.632)
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	0	0	(9.439.343)	(9.439.343)
Realização de Reserva de Reavaliação		0	0	(1.092.165)	0	(1.092.165)
Prejuízo Líquido do Exercício		0	0	0	(73.682.504)	(73.682.504)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		162.631.833	390.198	31.756.713	(1.754.444.388)	(1.559.665.644)
Aumento de Capital Integralizado		20.000.000	0	0	68.854.065	88.854.065
Realização de Reserva de Reavaliação		0	0	(1.310.598)	0	(1.310.598)
Prejuízo Líquido do Exercício		0	0	0	(88.267.496)	(88.267.496)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		182.631.833	390.198	30.446.115	(1.773.857.819)	(1.560.389.673)
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.						

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA			
CNPJ: 05.914.254/ 0001-39			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em R\$ (Centavos omitidos)			
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - MÉTODO INDIRETO	NOTA	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(83.691.738)	(10.202.012)
Prejuízo Líquido do Exercício		(88.267.496)	(73.682.504)
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido com o Caixa		72.128.961	(5.906.006)
Realização de Reservas de Reavaliação		(1.310.598)	(1.092.165)
Ajustes de Exercícios Anteriores		68.854.065	(9.439.343)
Depreciação e Amortização		4.585.494	4.625.502
Variações em Ativos e Passivos Circulantes		(67.553.203)	69.386.498
Contas a Receber		(6.837.552)	8.467.360
Ajustes de Créditos de Liquidação Duvidosa		(601.101)	0
Estoques/ e em trânsito		3.402.322	(4.407.785)
Depósitos Judiciais		(307.117)	22.702.100
Depósitos e Valores Vinculados		(3.803)	(1.391)
Adiantamentos		(284.405)	(405.481)
Impostos a Recuperar		(252.220)	(170.384)
Fornecedores		3.575.496	(14.452.376)
Parcelamento - FGTS		136.828	248.346
Impostos e Contribuições a Recolher		(21.636.458)	31.053.910

Provisões Para Férias e Encargos Sociais	(42.075.327)	22.533.174
Ordenados e Salário a pagar	(1.175.293)	740.581
Provisões para Contingências	(4.551)	(38)
Acordo Trabalhistas	681.521	(587.411)
Fundo de Participações (PIS/ PASEP)	(1.023.604)	4.720.804
Consignações	109.042	(1.220.305)
Outras Obrigações	(1.256.981)	165.394
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	104.441.042	30.503.892
Recebimento de crédito para aumento de de Capital	20.000.000	0
Recebimentos de Parcelamentos e Financiamentos Pactuados a Longo Prazo	228.101	164.334
Aumento de Provisões Tributárias Não Previdenciárias de Longo Prazo	67.499.231	31.922.831
Aumento de Passivo a Longo Prazo Eletrobrás - Distribuição Rondônia	19.224.589	0
Pagamento de Acordos Trabalhistas	(900.000)	0
Pagamentos a Empreiteiros e Fornecedores	(79.194)	79.194
Pagamentos de Encargos Sociais a Recolher - Parcelamento FGTS	(1.531.685)	(1.662.467)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.103.602)	(19.654.709)
Compras de Imobilizado	(7.103.602)	(19.654.709)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES	13.645.702	647.171
Caixa e Equivalentes de Caixa - Inicial	4.118.237	3.471.066,00
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final	17.763.939	4.118.237,00
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES	13.645.702	647.171
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

QUADRO V - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO -DVA

CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA			
CNPJ: 05.914.254/ 0001-39			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em R\$ (Centavos omitidos)			
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	NOTA	2022	2021
RECEITAS		139.116.252	132.127.799
De Serviços de Abastecimento Água/ Esgoto		125.835.229	121.257.754
Indiretas-Esgoto		29.111	20.193
Indiretas-Água		6.222.675	5.694.443
Outras Receitas		820.549	1.456.975
Outras Receitas Não Operacionais		6.208.688	3.698.434
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(130.568.429)	(99.729.175)
Materiais		(18.499.686)	(4.968.760)
Serviços de Terceiros		(44.690.634)	(37.649.375)
Outros Gastos		(67.378.109)	(57.111.040)
VALOR ADICIONADO BRUTO		8.547.823	32.398.624
Depreciação e Amortização		(4.658.161)	(16.978.938)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		3.889.662	15.419.686
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		3.889.662	15.419.686

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		3.889.662	15.419.686
PESSOAL		60.217.359	56.728.954
Remuneração		48.599.874	45.934.971
FGTS		4.519.038	4.618.740
Benefícios		7.098.447	6.175.243
TRIBUTOS		29.700.461	30.023.319
FEDERAIS		29.700.461	30.023.318
Previdência Social		17.684.037	18.499.382
Cofins		9.872.953	9.468.315
PASEP		2.143.471	2.055.621
ESTADUAIS		0	1
IPVA		0	1
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		2.239.338	2.349.917
Outros Encargos Financeiros		2.239.338	2.349.917
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO		(88.267.496)	(73.682.504)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(88.267.496)	(73.682.504)
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM REAIS)**

NOTA EXPLICATIVA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CAERD - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE RONDÔNIA é uma Sociedade por Ações controlada pelo Governo do Estado de Rondônia que é seu principal acionista com **99,99%** de participação societária, constituída pelo Decreto-Lei número 490/69, de 04 de março de 1969, e presta serviços públicos de saneamento básico - abastecimento de água e esgoto sanitário - atuando, historicamente, em 37 (trinta e sete) Municípios, 19 (dezenove) distritos sendo 22 (vinte e dois) formalizados através do Contrato de Concessão.

Tem como objetivo social, a exploração de serviços de saneamento básico, captação e distribuição de água e coleta de esgotos sanitários, bem como a execução de obras de instalações e ampliações de rede de distribuição de água e coleta de esgotos sanitários no Estado de Rondônia.

A CAERD é uma concessionária de serviços públicos que investe em saneamento no estado de Rondônia, ainda que de forma limitada, em razão de atuar diretamente com recursos próprios diminutos. Ao longo do exercício em questão houve pequenos investimentos em bens do imobilizado. As Obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - vêm incrementando paulatinamente a oferta de saneamento nessa região do país, com destaque para Ji-Paraná, a principal cidade do Estado depois da capital Porto Velho.

A Companhia tem à sua disposição a bacia amazônica, maior bacia hidrográfica do mundo, que abrange uma área de 7 milhões de quilômetros quadrados e é responsável por cerca de um quinto do fluxo fluvial total do mundo, sendo que a água que flui pelos rios amazônicos equivale a 20% da água doce líquida da Terra.

Anualmente a Companhia produz, a partir de água bruta, cerca de 170 bilhões de litros de água dentro das especificações exigidas pelo Ministério da Saúde. A CAERD, buscando universalizar os serviços de acesso à água de qualidade, disponibiliza tarifa social aos usuários de baixa renda. Desta forma, espera contribuir para a inclusão dos menos favorecidos. Exemplo disso são as moradias populares espalhadas no território rondoniense que têm tarifação diferenciada.

A missão da Empresa é prestar serviços de saneamento básico com excelência, garantindo sustentabilidade e assegurando a qualidade de vida à população do Estado de Rondônia, independentemente do estrato social em que se posiciona.

NOTA EXPLICATIVA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Uso de estimativas e julgamentos

Todas as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas, pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na nota explicativas.

b) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que inclui os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.941 de 2 de maio de 2009, e demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Além dos dispositivos retrocitados ainda seguimos os pronunciamentos internacionais tornando a leitura dos Relatórios Financeiros de Propósitos Gerais acessíveis aos usuários.

A Administração da Companhia autoriza a divulgação destas demonstrações ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia e aos acionistas minoritários da forma como a mesma se encontra. A finalidade é dar a conhecer aos interessados a atual situação econômica financeira da Companhia.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em “Real”, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado.

NOTA EXPLICATIVA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até 90 dias, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Contas a Receber (Clientes)

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. Neste subgrupo constam negociações/renegociações de dívidas com parcelamento que supera o exercício financeiro.

c) Créditos de Liquidação Duvidosa.

A Companhia reconhece perdas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

d) Estoque:

Está constituído principalmente por materiais de manutenção e conserto. É reconhecido pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

e) Depósitos Judiciais

Referem-se a depósitos e bloqueios determinados pela justiça concernentes a processos cíveis e trabalhistas tendo a Caerd como reclamada.

f) Adiantamentos

Dinheiro repassado a terceiros por conta de bens a serem produzidos ou comercializados ou serviços a serem prestados devem ser classificados como adiantamentos a fornecedores, deste que haja, previamente, Contrato que dê cobertura á transação entre a Companhia e o Prestador. Incorrem na mesma lógica os adiantamentos concedidos a empregados para posterior dedução.

g) Tributos a Recuperar

São avaliados pelo custo histórico e não excedem o valor esperado de realização. Trata-se de créditos a recuperar no momento em que for realizado a transmissão do Sistema de Escrituração Pública (SPED).

h) Investimento

São avaliados pelo custo histórico, líquidos de provisão para perdas, quando cabível. Ao longo dos exercícios de 2021 e 2022 não houve recebimento de dividendos.

i) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção e deduzido da correspondente depreciação acumulada (calculada pelo método linear, pelas taxas determinadas pela legislação fiscal no saldo total das contas e apropriada no resultado).

O custo histórico é composto pelos gastos diretamente aplicados na aquisição dos elementos e juros e demais encargos financeiros capitalizados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

i.i) Outras Informações

No exercício de 2015 foi contratada pela Caerd uma empresa especializada com o objetivo de realizar serviços de avaliações e regularização dominial de imóveis, efetuar o levantamento patrimonial dos bens reversíveis/operacionais e avaliações dos terrenos, edificações, poços, estações de tratamento, sistema de esgotamento sanitário, reservatórios, booters, redes de distribuições de água, estações elevatórias, veículos e máquinas e equipamentos nos municípios onde a Caerd mantém operações.

Precisamente em 27 de abril de 2015, a Caerd assinou Contrato nº 019/2015 com a Empresa, após passar pelo processo licitatório, para realização de serviços de Teste de Recuperabilidade e Reavaliação dos Bens do Ativo Imobilizado, porém, os serviços não chegaram à fase de conclusão. o que resultou numa ação judicial, tramitando na 4ª Vara Cível, sob o nº 7032860-84.2016.8.22.0001.

No exercício financeiro de 2019, a gestão da CAERD iniciou procedimentos para regularização de seus bens, com a possibilidade de utilizar a própria mão-de-obra, ou, na impossibilidade, realizar nova contratação de uma empresa com expertise na matéria. No entanto, antes de finalizar qualquer procedimento, o mundo foi surpreendido pela pandemia no ano de 2020, o que inviabilizou a realização dos trabalhos, pelos motivos públicos e notórios.

Em consequência das baixas oriundas dos efeitos pandêmicos, com diminuição considerável da mão-de-obra, a gestão da CAERD não conseguiu avançar com um modelo suficiente no sentido de cumprir com a aplicação do Teste de Recuperabilidade.

No entanto, buscando, de alguma forma, promover uma gestão transparente e eficaz, a presente gestão propôs junto ao Governo do Estado, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, fiscalizado pela Controladoria Geral do Estado - CGE, um Termo de Ajuste de Gestão - TAG (Processo SEI nº 0007.243625/2021-37), no qual a Companhia faz planejamento para se enquadrar dentro de uma organização administrativa que satisfaça a legislação pertinente, visando sanar diversas pendências que ainda perduram dentro de sua trama administrativa entre elas o Teste de Recuperabilidade o qual é exigido através do CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável).

Portanto, logo mais a Companhia estará realizando a mensuração de seus bens e divulgando aos *Stakeholder*, ou seja, aos interessados nas informações dos Relatórios Financeiros de Propósitos Gerais da Caerd.

j) Fornecedores e Empreiteiros

As obrigações com os fornecedores e empreiteiros são decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das operações da Entidade, reconhecidas pelo valor da nota fiscal ou fatura correspondente e classificadas no passivo circulante na condição de que sua liquidação seja no prazo de até 12 meses. De outro modo, esses valores serão evidenciados no passivo não circulante

k) Provisões

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são revisadas anualmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais e são constituídas de acordo com o julgamento dos consultores jurídicos da Caerd.

l) Reconhecimento da Receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviços estão sendo apresentadas pelo seu valor bruto, ou seja, incluem os impostos e contribuições sobre os serviços prestados menos os cancelamentos, tributos e os descontos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita é reconhecida quando há segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a empresa.

m.i) Receita por prestação de serviços

A Companhia reconhece que a receita é mensurável com confiança quando os seguintes critérios são cumpridos: entrega do serviço, mensuração do valor com segurança, provável assimilação de benefícios econômicos e recebimentos. As receitas, para fins meramente orçamentários, que são reconhecidas por estimativa são baseadas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Quando se está elaborando orçamento anual caso surjam circunstâncias que levem a alterações nas estimativas originais de receitas ou custos haverá a revisão desses valores pela Entidade, podendo resultar em aumentos ou reduções dos seus valores e estarão eventualmente refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

NOTA EXPLICATIVA 04 - SITUAÇÕES PECULIARES

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são consecutivamente analisados e fundam-se no histórico e em outros fatores, incluindo expectativas consideradas razoáveis para as ocasiões. Com base em premissas factíveis, a CAERD faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão exatas em relação aos seus resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir.

b) Contribuição social e Outros Tributos

A Companhia está sujeita a contribuição social com base na alíquota vigente e reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais no período em que o valor definitivo é determinado.

NOTA EXPLICATIVA 05 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

CONTAS	2022	2021
Caixa e Bancos	R\$ 2.623.159,25	R\$ 3.495.464,60
Aplicações Financeiras	R\$ 15.140.779,85	R\$ 622.772,36
Total	R\$ 17.763.939,10	R\$ 4.118.236,96

Observa-se uma elevação substancial na aplicação financeira, 331,35%, de um exercício ao outro. A razão disso se deve à concessão, a título, de aumento de Capital Social oriundo do Acionista Majoritário da Companhia (Governo do Estado de Rondônia).

NOTA EXPLICATIVA 06 - CONTAS A RECEBER- CURTO E LONGO PRAZO

a) Créditos a Receber em Curto Prazo

CONTAS	2022	2021
Contas a Receber Clientes	R\$ 110.940.567,00	R\$ 104.103.015,00
Perdas estimadas com Devedores duvidosos	-R\$ 19.365.071,00	-R\$ 19.966.172,00
Total	R\$ 91.575.496,00	R\$ 84.136.843,00

O saldo de contas a receber decorre dos serviços de fornecimento de água e redes coletoras de esgotos e estão avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação dos serviços. Eventuais acréscimos financeiros serão classificados pelo regime de competência no mês em que ocorrer os atos negociais. O saldo a receber explicitados nas Demonstrações referem-se a créditos faturados no exercício de 2022 e também em exercícios anteriores.

b) Créditos a Receber em Longo Prazo

ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL - LP*	2022	2021
Parcelamentos Pactuados a Faturar - LP	R\$ 6.730.148	R\$ 6.955.029,30
Residencial	R\$ 493.192	R\$ 352.442,74

Comercial	R\$ 1.646	R\$ 33.621,77
Órgãos Públicos	R\$ 6.235.310	R\$ 6.568.964,79
Financiamentos Pactuados a Faturar - LP	R\$ 662	R\$ 3.882,20
Residencial	R\$ 0	R\$ 1.014,12
Comercial	R\$ 662	R\$ 2.868,08
Total	R\$ 6.730.810	R\$ 2.868,08

* Longo Prazo

Os valores constantes no subgrupo de crédito a receber longo prazo resulta de acordos firmados entre a Caerd e seus devedores que aderiram a parcelamentos de seus débitos em prazo superior a 12 meses em relação a data do balanço.

NOTA EXPLICATIVA 07 - ESTOQUE

A Companhia busca a otimização de seus estoques, por meio da aquisição de mercadoria de qualidade, em quantidade suficiente para fazer frente às necessidades de suas bases operacionais, bem como o aproveitamento dos materiais, permitindo a realização das compras restritas às demandas reais. Por essas razões, entre os exercícios ora analisados percebe-se uma redução na ordem de **50,34%** no custo dos estoques.

Estoque	2022	2021
Material em Almoxarifado	R\$ 3.356.440,00	R\$ 6.758.762,00

No quadro abaixo esta discriminado a utilização de materiais de estoque ao longo do exercício. Ocorreu aproveitamento de produtos na ordem de R\$ 34.070.483. Foram em sua grande maioria insumos aplicados nas Estações de Tratamento de Água e Esgoto tais como sulfato, cloro líquido e gasoso, além de materiais de expediente e hidráulico.

ESTOQUE	31/ 12/2021	COMPRAS	CONSUMO	31/ 12/2022
Material em Almoxarifado	R\$ 6.758.762	R\$ 30.668.161	-R\$ 34.070.483	R\$ 3.356.440

INVENTÁRIO DE BENS EM ALMOXARIFADO

Por força da Instrução Normativa nº013/2004/TCERO e do CPC 16 a Companhia está incumbida dar tratamento singular ao controle de seus estoques. Nesta senda foi realizado Inventário do Bens em Almoxarifado mediante instalação de Comissão nomeada pela Portaria 274/CAERD/2022 para executar os serviços de contagem dos bens pertencentes à Companhia e que são utilizados em atividades operacionais. Segue a baixo quadro resumo dos serviços do Inventário:

ALMOXARIFADO

Neste Resumo de Valores do Inventário abaixo está relatado de forma sucinta os bens conferidos pelos membros da Comissão do Inventário. Os bens contados *in loco* foram anotados para fins de comparação com os controle em almoxarifado. A Companhia organiza sua estrutura de armazenamento dos bens nas seguintes localidades, Porto Velho, no Almoxarifado Central e no interior, na sede administrativa do município de Ji Paraná. No final do período foi divulgado um saldo de bens em almoxarifado no valor total de R\$ 4.202.883 o qual é administrado buscando dar suporte às necessidades da Companhia em suas atividades comerciais, administrativas e operacionais.

RESUMO DOS VALORES APURADOS INVENTÁRIO - 2022	R\$
Almoxarifado Central - Filial 01	R\$ 2.228.050
Coordenadoria Estratégica Operacional Norte - Filial 21	R\$ 1.235.826
Coordenadoria Estratégica Operacional Sul - Filial 22	R\$ 739.007
Total Geral	R\$ 4.202.883

Logo a seguir temos o resumo retirado do Balanço Patrimonial de 2022. Nele visualizamos o montante divulgado relativo ao saldo na data de encerramento do exercício financeiro em análise. A comparação dos dois quadros nos leva a identificar divergência de saldo causando dúvidas quanto à causa desta diferença. Isso será explicado logo mais à frente.

Estoque	2022	2021
Material em Almoxarifado	R\$ 3.356.440,00	R\$ 6.758.762,00

Conforme se extrai da conciliação dos saldos entre o valor do Balanço com o montante divulgado pelo Inventário chegamos a uma diferença de R\$ 846.443 maior em relação ao Contábil. Como trata-se de controle via Sistema, ocorreu baixa indevida no saldo de estoque apenas no ERP Pirâmide com repercussão no Contábil apenas. Identificamos os registros efetuados equivocadamente:

1. Lançamento nº 17943995 filial 01, conta contábil 1.1.2.3.01.001 na competência de 31/01/2022, no grupo de lançamento 000009229839 no dia 02/03/22 13:09:08, valor 263.137,82;

2. Lançamento nº 17925206, filial 22, conta contábil 1.1.2.3.01.001 na competência de 31/01/2022, no grupo de lançamento 000009216157 no dia 01/02/22 11:24:44 valor 609.316,14;

Todavia destacamos que os produtos encontram-se sob guarda da Companhia e disponível para utilização em suas operações. Em função do transcurso do tempo não houve condições de realizar o ajuste dentro do exercício financeiro de 2022 por essa razão encerramos o período com tal diferença. Destacamos que não há que se falar em dano ao erário, ou desvio uma vez que os produtos estão em poder da Companhia.

É possível perceber que foi tomada as medidas saneadoras conforme se atesta nos registros contábeis constantes no balancete:

BALANCETE CONTABIL - FOCO EM ESTOQUE - EM REAIS						
MÊS	Conta	Denominação	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Abril	1.1.2.3.01.001	Material de uso e consumo	6.761.708,84	798.620,09	456.591,29	7.103.737,64
Maior	1.1.2.3.01.001	Material de uso e consumo	7.103.737,64	1.829.890,13	937.745,71	7.995.882,06
Varição entre os meses de abril e maio						892.144,42
Lançamento de Correção (retornando para estoque devido baixa equivocada)						872.453,96
Variação do mês (atendimento/ movimento do estoque)						19.690,46
Total (coincide com a variação entre os meses de abril e maio)						892.144,42

A Gestão da Companhia preocupada em dar transparência e lisura à forma de administrar a Entidade que pertence, em sua maior parte, ao governo do estado de Rondônia tomou as providências e autorizou os seguintes lançamentos de correção:

1 Lançamento nº 18336172, filial 01, conta contábil 1.1.2.3.01.001 na competência de 20/05/2023, no grupo de lançamento 000009373520 no dia 20/05/23 15:05:41, valor 263.137,82

2. Lançamento nº 18336174, filial 22, conta contábil 1.1.2.3.01.001 na competência de 20/05/2023 no grupo de lançamento 000009373521, no dia 20/05/23 15:07:19, valor 609.316,14

O registro contábil se deu da seguinte forma: Estoque à despesa, ou seja, houve uma redução da despesa em contrapartida ao ocorrido no exercício anterior (conta contábil 4.1.2.1.01.205).

Os bens adquiridos para compor o estoque da companhia são recebidos no almoxarifado central, localizado na Estrada do Santo Antônio - Bairro Triângulo. A partir daí alimenta-se o Sistema de Controle ERP Pirâmide de forma que os reflexos destes procedimentos são visualizados na Contabilidade da Caerd. . Neste setor é avaliado se o ato de recebimento seguiu as boas práticas contábeis. Havendo alguma inconsistência, comunica-se ao setor de almoxarifado para as devidas correções.

Diante do ocorrido tomou-se as medidas administrativas para minimizar os riscos, senão eliminar, de forma que haja maior controle e confiabilidade nas ações envolvendo a administração dos bens em almoxarifado. Com o estoque devidamente acomodado nas dependências físicas e oportunamente lançados no Sistema ERP Pirâmide, todas as estruturas organizacionais da Companhia tais como Coordenadorias, Gerências e Divisões passam a fazer consultas no Sistema para realizar pedidos conforme suas necessidades de materiais.

A distribuição de produtos na capital e a transferências para o interior do estado passam primeiramente pela fase de requisição. Os profissionais que atuam no almoxarifado ao recepcionar as requisições via Sistema iniciam os procedimentos de atendimento. Os materiais saem do almoxarifado acompanhado de nota fiscal de transferência como determina a legislação tributária. Com isso temos o estoque em trânsito.

No ato de entrega ao destinatário ocorre a ultima fase do procedimento, ou seja, o "recebimento". Neste momento acontece a efetiva baixa do estoque de forma que o ativo transforma-se em despesa pelo princípio contábil da competência.

O estoque está constituído principalmente por materiais de manutenção e conserto. É reconhecido pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

NOTA EXPLICATIVA 08 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Depósitos Judiciais

DESCRIÇÃO	2022	2021
JUDICIAIS	R\$ 502	R\$ 502
MANDADO DE BLOQUEIO E PENHORA	R\$ 500.412	R\$ 209.497
DEPÓSITO 5% - ACORDO JUSTIÇA FEDERAL	R\$ 3.929.818	R\$ 3.929.818
DEPÓSITOS ESPECIAIS - CEF	R\$ 168.761	R\$ 152.559
DEP. BLOQ. HSBC (Passivo Trabalhista)	R\$ 165.720	R\$ 165.720
DEP. BLOQUEIO - TRT	R\$ 231.389	R\$ 231.389
TOTAIS	R\$ 4.996.602	R\$ 4.689.485

Neste subgrupo evidenciam-se os bloqueios e depósitos judiciais. Os bloqueios ocorrem quando, por decisão do magistrado, os Bancos são obrigados a tornar inacessíveis os saldos financeiros da empresa, como forma de garantir a terceiros, pessoa física ou jurídica, um direito supostamente violado. Em 2022, os valores bloqueados acrescidos dos depósitos recursais somam R\$ 4.996.602 (quatro milhões novecentos e noventa e seis mil seiscentos e dois reais) o que corresponde a 6,54% de acréscimos nos saldos das contas representativas de garantias de juízo.

b) Depósitos e Valores Vinculados

DESCRIÇÃO	2022	2021
B. BRASIL-C/ C 100122570902	R\$ 1.792.167	R\$ 1.792.167
BCO BRASIL- C/ C 456011048289 -100% ÁGUA	R\$ 379.002	R\$ 379.002
BCO DO BRASIL C/ C3100110482661 MEIO AMBIE	R\$ 855.664	R\$ 855.664
BCO DO BRASIL C/ C 3200131417064	R\$ 26.119	R\$ 24.208
BCO DO BRASIL C/ C 1600129259832	R\$ 25.872	R\$ 23.980
TOTAIS	R\$ 3.078.824	R\$ 3.078.459

A CAERD, em ação civil pública que já perdura mais de 05 anos, no município de Jaru, para não sofrer penalizações assumiu o compromisso de fazer, naquela municipalidade, ações de melhorias no serviço público de águas e esgotos. Entre as melhorias exigidas estavam a aquisição de veículos, retroescavadeiras, expansão da rede de abastecimento de águas e recuperação de parte da bacia do rio Jaru. Como forma de garantir o cumprimento, o Ministério Público, mediante formulação de petição junto ao judiciário daquela comarca, ingressou com ação e teve seu pleito deferido pelo magistrado.

Com isso ocorreu bloqueio nas contas da Companhia. Parte do saldo presente nesse subgrupo corresponde às ações retrocitadas. Os valores ainda se mantêm inacessíveis até o total cumprimento das medidas acordadas entre CAERD e o Parquet. Por se tratar de numerário de acesso limitado, não é permitido geração de extrato de atualização de saldo por parte da CAERD, razão pela qual os valores permanecem inalterados.

c) Adiantamentos

ADIANTAMENTOS DIVERSOS	2022	2021
ADIANTAM. A EMPREIT. E FORNECEDORES	R\$ 720.418	R\$ 1.020.485
ADIANTAMENTOS EMPREGADOS	R\$ 764.490	R\$ 516.673
ADIANTAMENTOS DIÁRIAS	R\$ 41.976	R\$ 31.801
ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIOS	R\$ 440.728	R\$ 0
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	R\$ 40.263	R\$ 154.510
TOTAIS	R\$ 2.007.874	R\$ 1.723.469

Os adiantamentos concedidos a fornecedores pela CAERD se caracterizam pela excepcionalidade e não se constituem como regra, por se tratar de antecipações de pagamento sujeitas a dedução quando da emissão das notas fiscais para pagamento e reconhecimento posterior nos resultados. Em todo caso tem-se, geralmente, um contrato que dá suporte à concessão de adiantamentos para prestadores de serviços e fornecedores. Como se observa no quadro anterior, comparando-se os exercícios de 2022 e 2021, ocorreu diminuição da ordem de **16,50%** nos adiantamentos retrocitados.

O subgrupo adiantamentos a empregados sofreu elevação, devidos aos diversos colaboradores que continuam recebendo os benefícios sociais de plano de saúde e auxílio alimentação durante seus afastamentos, exceto para tratar de assuntos pessoais. Estas concessões estão amparadas em Acordo Coletivo de Trabalho desde 2012 e em manifestação de Assessoria Jurídica da CAERD ([CAERD \(SINDUR.org.br](http://CAERD(SINDUR.org.br) e Processo SEI 0003.001768/2023-75)

Quanto aos adiantamentos para diárias que tiveram aumento da ordem de **32%**, de um exercício para outro, tais verbas se destinam a cobrir despesas de deslocamentos de colaboradores a serviço da Companhia, fora de seu domicílio.

Quanto ao adiantamento de numerários no valor de **R\$ 440.728**, este teve como destinatário a Instituição Financeira Caixa Econômica Federal com duas destinações, sendo a primeira para garantir pagamento referente a Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aos funcionários correspondente a períodos pretéritos (parcelamento) no valor de **R\$ 166.609** e o restante, no montante de **R\$ 274.119**, para cobrir despesas ora questionadas pela Companhia, em sede de tratativas administrativas, junto àquela Instituição.

O valor do adiantamento para férias se refere à obrigatoriedade amparada pela legislação, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, Lei nº 5.452/1943, art. 145, que determina o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do valor da conversão de 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito o empregado por prévia solicitação de abono pecuniário, até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período de usufruto.

d) Impostos a Recuperar

DESCRIÇÃO	2022	2021
IMPOSTO RETIDO NA FONTE A RECUPERAR	R\$ 83.218	R\$ 16.342
IRRF ARREC.ORG.PÚBL. A COMPENSAR	R\$ 1.139.468	R\$ 1.045.326
PIS/ PASEP AR.O.PUB.A COMPENSAR	R\$ 165.930	R\$ 153.179
COFINS ARREC. O. PÚBL. A COMPENSAR	R\$ 763.801	R\$ 704.964
CSLL ARREC.ORG.PÚBL. A COMPENSAR	R\$ 254.604	R\$ 234.989
TRIBUTÁRIA PREVIDENCIÁRIA	R\$ 41.879	R\$ 41.879
TRIBUTÁRIA NÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 243.192	R\$ 243.192
TOTAIS	R\$ 2.692.091	R\$ 2.439.872

A Companhia dispõe de crédito tributário em razão de haver antecipado alguns pagamentos às autoridades tributárias (dívidas previdenciárias e não previdenciárias). Em relação aos tributos a recuperar estes serão aproveitados no momento da realização da Escrituração Pública Digital (SPED) que se dará ao longo do exercício subsequente.

NOTA EXPLICATIVA 09 - INVESTIMENTO

No subgrupo Investimentos são classificadas as participações e aplicações financeiras de caráter permanente, com o objetivo de gerar rendimentos para a empresa de forma que esses bens e direitos não sejam destinados à manutenção das atividades normais da companhia. Segundo o inciso III do artigo 179 da Lei 6.404/76, as contas do grupo Investimentos serão classificadas da seguinte forma:

"As participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa."

O valor de R\$ 48.462 evidenciado no Balanço Patrimonial detalhado em Investimento foi aplicado pela Caerd em ações negociais da Telebrás, em sua grande parte, visando obter lucratividade sobre o recurso financeiro investido.

NOTA EXPLICATIVA 10 - ATIVO IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado reportado no Balanço Patrimonial demonstra a segregação sob dois enfoques, Bens de Uso Geral e Sistema de Abastecimento conforme o plano de contas da Companhia.

O Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto é compreendido por: captação, poços, adução de água bruta, instalações elétricas, tratamento, adução de água tratada, reservação, rede de distribuição, esgoto sanitário/tratamento e benfeitoria no

sistema de abastecimento de água/esgoto. Já os Bens de Uso em Geral estão classificados em: terrenos, prédios, benfeitorias, instalações, máquinas e equipamento em geral, equipamento de tratamento, equipamento laboratório, equipamento de oficina, mobiliário, equipamento de escritório, ferramentas, computadores e periféricos, veículos e equipamento em operação.

Logo abaixo segue descrito o Ativo Fixo com ênfase específica em segregação pontual dos bens classificados no subgrupo imobilizado. Há separação efetiva entre móveis e imóveis.

Destacamos que no Balancete de Verificação, o qual serviu de base para elaboração das peças contábeis, as contas patrimoniais estão distribuídas em conformidade com o plano de contas da Companhia.

Todavia, para dar maior clareza de informação aos interessados, segue detalhamento dos bens de natureza permanente sendo divulgado, sob o prisma de bens móvel e imóvel.

DENOMINAÇÃO	2022	2021
Imobilizado	R\$ 251.324.717	R\$ 248.806.609
Sistema de Água/ Imóveis	R\$ 319.781.973	R\$ 303.134.693
Deprec. Acumulada Sistema de água/ Imóveis	R\$ (100.732.342)	R\$ (93.440.247)
Bens de Uso em Geral/ Móveis	R\$ 40.328.381	R\$ 49.872.060
Depreciação Bens em Geral/ Móveis	R\$ (30.857.128)	R\$ (33.563.730)
Obras em Andamento	R\$ 22.803.833	R\$ 22.803.833

A Companhia é detentora de um parque de ativos móveis e imóveis expressivos. Trata-se de equipamentos que, em sua maior parte, estão afetados a atividade fim da Companhia. São conjuntos motor-bombas de alta potência fazendo coleta de água bruta para tratamento e enviando água tratada para os diversos reservatórios que por sua vez fazem a distribuição aos usuários por força da gravidade ou através de compulsão mecanizada.

Também estão inclusos em nosso imobilizado, como dito anteriormente, terrenos, prédios, veículos, instalações, além das malhas de rede que fazem o transporte de água por ruas, avenidas, bairro em diversas cidades do Estado onde a Companhia atua.

a) No quadro acima é possível extrair informações de que a Companhia avançou em seus Sistemas de Águas/Imóveis, recebendo um acréscimo de R\$ 16.647.280.

Junto a isso, percebemos inclusão de Bens de Uso em Geral/Móveis somando mais R\$ 9.543.679 ao imobilizado. Estas elevações são resultados de aplicações de recursos financeiros oriundos do Governo do Estado de Rondônia mediante aumento de capital social aprovado por meio da lei nº 5.404/2022 (publicada no Dióf em 19/07/2022).

b) Não ocorreu nenhuma movimentação, de um exercício para o outro, no subgrupo Obras em Andamento cujo valor é de R\$ 22.803.833. As obras iniciadas pelo Companhia em época de disponibilidades financeiras propícias, foram paralisadas posteriormente em função de dificuldades financeiras, em sua grande maioria. Com as implementações que estão sendo efetivadas a Gestão da Companhia dará seguimento às referidas obras.

c) Os bens inseridos no imobilizado da Companhia encontram-se adequadamente registrados, obedecendo aos pressupostos contábeis de lançamento. Detalhando melhor, o Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível (edifícios, máquinas, etc.).

O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados.

d) O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. Os bens sujeitos à perda de valor por uso ou obsolescência são depreciados pelo método linear, que leva em conta o tempo de vida útil e econômica, cujos efeitos estão reconhecidos no resultado do exercício. As taxas de depreciação utilizadas pela companhia são as seguintes:

CONTA	PORCENTAGEM ANUAL
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA/ ESGOTO	2,5 a 10
PRÉDIOS	2,5 a 10
EQUIPAMENTOS	10
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10
COMPUTADORES	20
VEÍCULOS	20

No período em destaque o total do valor da depreciação somado resultou no montante de R\$ 131.589.470 deixando o imobilizado em patamar adequado respeitando o princípio contábil da prudência.

INVENTÁRIO DOS BENS IMÓVEIS

A gestão da Companhia informa que identificou uma diferença entre o saldo presente nas Demonstrações Contábeis onde consta o total do Ativo fixo Imóvel em confronto com o Inventário Físico-Financeiro (TC 16) produzido pela Comissão do Inventário 2022.

DENOMINAÇÃO	2022
Contábil-Bens Imóveis(liquido da depreciação)	R\$ 219.049.631
Inventário dos Bens Imóveis - TC 16	R\$ 98.572.663
DIFERENÇA	R\$ 120.476.968

Todavia esta diferença está justificada com base nos bens efetivamente inventariado e apresentado no Relatório TC 16. Conforme apurado, a Comissão do Inventário analisou alguns bens pontuais. Foram eles: poços, terrenos, prédios, instalações, reservação, laboratórios e estação de tratamento de aguas e esgotos.

Logo abaixo demonstramos o confronto dos bens inventariados com os mesmos bens que estão registrados na Contabilidade. Esta comparação dá enfoque nos aspecto qualitativo e quantitativo os quais estão lançados em ambos os controles, contábil e Inventário:

Conta	Denominação	Saldo Final
1.3.2.1.01.002	POÇOS	R\$ 3.591.184,99
1.3.2.1.01.004	TRATAMENTO	R\$ 17.839.253,23
1.3.2.1.01.007	RESERVAÇÃO	R\$ 39.653.816,86
1.3.2.1.02.001	TERRENOS	R\$ 51.721.102,67
1.3.2.1.02.002	PREDIOS	R\$ 5.018.160,95
1.3.2.1.02.004	INSTALAÇÕES	R\$ 9.771.408,40
Subtotal		R\$ 127.594.927,10
Depreciação Acumulada		-R\$ 29.022.264,49
TOTAL GERAL CONTÁBIL		R\$ 98.572.662,61
INVENTÁRIO IMÓVEIS TC 13		R\$ 98.572.663,00
TOTAL GERAL INVENTÁRIO		R\$ 98.572.663,00

Como se desprende do quadro acima, o imobilizado (contábil) se coaduna com as informações produzidas pela Comissão do Inventário. Destacamos que os valores apurados pela Comissão leva em consideração os valores monetários dos bens sem suas respectivas depreciações. Não obstante a este aspecto, ainda assim a Companhia demonstra controle de seus ativos. Além dos bens inventariados a Caerd detém outros ativos que não passaram pelo processo de inventário em função de suas características peculiares. Nos referimos às redes instaladas desde as captações de agua brutas até a distribuição aos usuários. Os bens instalados que resulta de obras de engenharia são os que seguem abaixo:

1. As Adutoras de Agua Bruta;
2. Adutoras de Agua Tratada;
3. Rede de Distribuição;
4. Captação;

Portanto, o valor total apresentado pela Comissão em seu Relatório do Inventário Físico Financeiro dos Bens Imóveis da Caerd do Exercício de 2022 alinhou-se ao valor constante nas Demonstrações Contábeis que reportaram implicitamente o valor de R\$ 314.811.675. Este montante é o mesmo divulgado no Inventário desconsiderando o valor da depreciação acumulada.

Denominação	Valor Bruto
Sistema de Agua e Esgoto	R\$ 247.170.640
Terrenos	R\$ 51.721.103
Instalações	R\$ 9.771.408

Prédios	R\$ 5.018.161
Benfeitorias	R\$ 1.130.362
Total	R\$ 314.811.674

No entanto, comunicamos que encontra-se em tratativa bem avançada, na Companhia bem como no âmbito de Governo do Estado de Rondônia, acionista majoritário, a realização do Teste de Recuperabilidade nos bens pertencentes à Companhia como bem orienta o CPC 01 Teste de Recuperabilidade. Em 2022 apesar dos esforços envidados ainda não conseguimos realizamos a mensuração dos bens em razão de diversos problemas estruturais, administrativos e financeiros.

Considerando tamanho da Caerd com atuação na capital e interior, a realização do Teste de Recuperabilidade passa a ser um grande desafio, pois dependeria da contratação de Empresa com notória expertise na área específica de trazer a valor presente os bens registrados no imobilizado. Será um serviço de grande magnitude e bastante dispendioso para a Companhia. Isso porque a Caerd está presente em mais de duas dezenas de cidades que dependem de sua atuação. Todavia a Gestão não se esquiva de atender as orientações das normativas que foram editadas com finalidade de apresentar informações padronizadas com a possibilidade de interpretações uniformes.

Diante disso enfatizamos que a Administração da Companhia já realizou entrou em contato com a Fundação Instituto e Administração - FIA, visando realizar contratação pois esta instituição detém expertise na execução das tarefas de mensuração dos bens móveis e imóveis.

INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS

Ao realizar a confrontação dos saldos constantes em Balancete com o que foi divulgado no Inventário Físico Financeiro produzido pela Comissão nomeada pela Portaria nº 274/2022/CAERD percebeu se diferença no inventário dos bens móveis. As informações constantes nos lançamentos contábeis foram inseridos levando em consideração o valor de aquisição na data da compra. Já a metodologia utilizada pela Comissão leva em consideração os valores dos bens desconsiderando a depreciação.

CONCILIAÇÃO	2022	EFEITO
Inventário Físico Financeiro / Móveis	R\$ 21.161.980	-----
Balanço - Bens Móveis - Valor Líq. (menos depreciação)	R\$ 9.471.253	-----
Diferença	R\$ 11.690.727	Inventário maior

Ocorre que o levantamento produzido pela Comissão do Inventário que detém atribuições específicas de observar, analisar, anotar as características dos bens em relação ao uso, além de ver questões como obsolescência, fez anotações visando apresentar o que está em uso e os classificados com inservível planilhando-os para posteriormente ser destinados a leilão.

Após as verificações cria-se planilhas com os achados e os concilia com os respectivos valores que estão previamente fixados na Contabilidade da Companhia. Logo, os montantes anotados na relação devem está baseados nos referenciais contábeis. Frisa-se que diversos grupos de ativos estão anotados nos inventários por valores arbitrados pelos membros da equipe levando em consideração o estado e utilização dos bens conforme sua forma apresentável e aproveitamento de seu valor econômico.

Estas informações são meramente referenciais pois os valores reais deverão ser levantados nos termos do art. 3º da lei nº6.404/1976 onde diz que a precificação dos bens deverão ser realizado por peritos ou empresa avaliadora no notória expertise na matéria. Trata-se de atuação com enfoque específico voltado para execução de trabalhos com finalidades bem delineadas.

Mensuração dos bens seria a realização de serviço envolvendo Teste de Recuperabilidade enquanto o serviço de inventariar estaria baseado em ir a campo e "encontrar os bens que estão incluídos no imobilizado da Caerd visando atestar de fato sua existência e uso efetivo nas operações da Companhia.

A Comissão não arbitra a ativos ou grupos de ativos, valor presente ou redução a valor presente, se o fizer, suas informações não poderia ser utilizadas, como de fato não foram, pois seria necessário, para ter validade, seguir as determinação da NBR 14653 dentre outras exigências. Diante disso comunicamos que, de fato os montantes não se conciliam em função de diversos fatores tais como:

- 1º Os bens estão lançados por seus valores históricos;
- 2º A depreciação acumulada interfere no valor final;
- 3º Há bens que não mais estão em condições de uso os quais passarão por procedimento de alienação (leilão);

Portanto informamos que a Gestão da Caerd está tomando as medidas saneadoras relativo a conciliação a partir dos levantamentos elaborados pela Comissão do Inventário. Seguidamente será possível identificar os bens catalogados e confrontar com aqueles que estão lançados no Balancete.

Paralelo as ações de melhorias a Gestão da Companhia determinou que se fizesse a reorganização do imobilizado. Com já explanado, está em andamento a contratação de Empresa com expertise em reavaliação e atualização dos bens afetados ao uso da Companhia. Será realizado o Teste de Recuperabilidade conforme orienta o CPC 01 o qual apresenta diretrizes de procedimentos para apresentar os bens por seus valores reais. Somente após estes procedimentos será possível fazer modificações no imobilizado baseadas em documentos que dê supor e segurança jurídica.

NOTA EXPLICATIVA 11 - FORNECEDORES E EMPREITEIROS

a) Fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do Balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivos não circulantes. Estão reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que em geral corresponde ao valor da nota fiscal/fatura.

DESCRIÇÃO	2022	2021
ENERGISA	R\$ 19.707.854	R\$ 19.224.589
DEMAIS FORNECEDORES	R\$ 17.646.195	R\$ 14.553.965
TOTAIS	R\$ 37.354.049	R\$ 33.778.554

A dívida com a **ENERGISA**-Concessionária de Energia Elétrica, nosso principal credor constante no rol de obrigações a fornecedor/prestador, refere-se ao consumo de energia elétrica em 2022 o restante, pendente de pagamento, está lançado em provisão para contingências no passivo não circulante.

NOTA EXPLICATIVA 12 - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

a) Parcelamento do FGTS (curto e longo prazo)

Refere-se a dívidas de exercícios anteriores a 2019, refinanciado e parcelado o saldo até 31 de dezembro de 2022 monta o valor total de R\$ 4.143.270 (quatro milhões cento e quarenta e três mil duzentos e setenta reais).

Os pagamentos foram retomados em março de 2020 e desde então a Companhia vem realizando os desembolsos conforme processo administrativo da Caerd nº 1099/2019 e 204/2020.

FGTS	2022	2021
CURTO PRAZO	R\$ 1.295.587	R\$ 1.158.759
LONGO PRAZO	R\$ 2.847.683	R\$ 4.379.369
TOTAIS	R\$ 4.143.270	R\$ 5.538.128

NOTA EXPLICATIVA 13 - TRIBUTOS

a) Impostos e Contribuições a Recolher

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	
	2.022	2.021
IMPOSTOS		
IMPOSTO DE RENDA PJ	R\$ 205.311	R\$ 216.213
ISS	R\$ 90.144	R\$ 85.073

IR - EMPREGADOS	R\$ 9.236.528	R\$ 31.620.598
SUB-TOTAL	R\$ 9.531.982	R\$ 31.921.884
CONTRIBUIÇÕES		
FGTS	R\$ 2.794.061	R\$ 3.699.999
COFINS	R\$ 26.711.626	R\$ 30.296.103
INSS	R\$ 13.315.214	R\$ 7.996.279
INSS LEI Nº10666	R\$ 757.898	R\$ 757.583
SESI	R\$ 559.596	R\$ 559.596
FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS	R\$ 68	R\$ 68
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	R\$ 283.166	R\$ 283.166
CSLL LEI Nº10833/ 2003	R\$ 186.248	R\$ 193.600
COFINS-TERCEIROS	R\$ 551.879	R\$ 573.935
PASEP-TERCEIROS	R\$ 121.502	R\$ 126.280
IPERON	R\$ 686.337	R\$ 728.865
PREV. DO MUN. DE ARIQUEMES	R\$ 3.940	R\$ 3.940
PREV. PROPRIA POL. MILITAR	R\$ 2.136	R\$ 812
SUB-TOTAL	R\$ 45.973.669	R\$ 45.220.226
FUNDOS		
PIS	R\$ 5.639.904	R\$ 6.663.508
SUB-TOTAL	R\$ 5.639.904	R\$ 6.663.508
T O T A I S	R\$ 55.505.652	R\$ 83.805.618

b) Ao longo do exercício financeiro em evidenciação houve escrituração tributária, baseada na legislação pertinente, com o reconhecimento no momento do fato gerador. A despesa com os impostos, taxas, contribuições social e previdenciária foram lançadas adequadamente e a obrigação a pagar estão expostas no quadro acima. A redução do saldo a pagar de um exercício para ou outro sofreu uma redução na casa de 37,76% resultante de reclassificação da conta Imposto de renda retidos de empregados o qual foi transportado para passivo não circulante longo prazo.

c) Os recolhimentos tributários, em linhas gerais sem mantém com movimentações relativamente baixa em função da situação financeira da Companhia. Com diversas obrigações contratuais igualmente válidas, o ordenador de despesa elege aquelas mais prioritárias para efetivar os pagamentos. Diante de opções emergenciais pondera-se pela mais urgente em detrimento de outras. Busca-se sempre priorizar a operacionalização dos Sistemas de Tratamento e Abastecimento com água potável à população.

c) O saldo de Impostos e Contribuições a Recolher em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 55.505.652(cinquenta e cinco milhões quinhentos e cinco mil seiscentos e cinquenta e dois reais).

NOTA EXPLICATIVA 14 - FÉRIAS, 13º SALÁRIO E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

A provisão para férias, 13º salário, e seus respectivos encargos incidentes tais como INSS, FGTS estão constituídas no montante de R\$ 12.795.956 (doze milhões setecentos e noventa e cinco mil novecentos e cinquenta e seis reais). Este valor encontra-se com seus respectivos saldos calculados dentro da estimativa mais confiável para dar atendimento às respectivas obrigações.

NOTA EXPLICATIVA 15 - SALÁRIOS A PAGAR/ACORDO TRABALHISTA

a) Salários a Pagar

DESCRIÇÃO	2022	2021
-----------	------	------

SALARIOS A PAGAR

R\$ 979.629

R\$ 2.169.922

A Gestão da Caerd vem mantendo suas obrigações trabalhistas quanto ao pagamento mensal de salários de seus funcionários. Atualmente a Companhia dispõe de 701 colaboradores distribuídos entre áreas comercial, administrativo e operacional (Processo SEI 0003.071114/2022-28).

b) Acordo Trabalhista

DESCRIÇÃO	2022	2021
ACORDO TRABALHISTA - CURTO PRAZO	R\$ 772.439	R\$ 90.918

c) Foi firmado com o Sindicato dos Urbanitários - SINDUR na condição de representante dos trabalhadores da Caerd, acordo de quitação de obrigação referente a direitos trabalhistas. Trata-se de direitos disputados na justiça do trabalho de onde emanou decisão judicial condenando a Caerd a pagar. A origem do direito vem dos planos Bresser e verão, além de outras questões de descumprimentos por parte da Companhia à época (Proc. N° 619/2008/Caerd).

NOTA EXPLICATIVA 16 - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS**a) Programa de Integração Social**

DESCRIÇÃO	2022	2021
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	R\$ 5.639.904	R\$ 6.663.508

Um dos tributos que incidem sobre o faturamento da companhia é o PIS. A obrigatoriedade é trazida pela lei 10.637/2002 a qual determina que se faça aplicação de percentual de 1,65% sobre o faturamento bruto, admitindo reduções tais como cancelamento de faturas e aproveitamento de créditos oriundos de aquisição de material aplicado na área fim da Companhia. Como exemplos podemos citar algumas situações como compra de conjunto motor bomba, motor dosador, produtos químicos e energia elétrica consumida nas estações de tratamento, nas estações elevatórias e nos boosters.

NOTA EXPLICATIVA 17 - AÇÕES JUDICIAIS (CURTO E LONGO PRAZO)

A Companhia é parte envolvida em processos de ações trabalhistas, cíveis e fiscais em discussão tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores jurídicos. Há diversas ações ajuizadas em desfavor da Companhia, para as quais há maior certeza de que a CAERD sucumbirá na lide judicial. A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

a) Curto Prazo

DESCRIÇÃO	2022	2021
AÇÕES JUDICIAIS CÍVEIS (CURTO PRAZO)	R\$ 231.508	R\$ 236.059

b) Longo Prazo

DESCRIÇÃO	2022	2021
AÇÕES JUDICIAIS CÍVEIS	R\$ 9.407.237	R\$ 9.407.237
ACORDO PASSIVO TRABALHISTA	R\$ 23.477.965	R\$ 24.377.965
AÇÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS	R\$ 237	R\$ 237
PROC. GERAL DA FAZ. NACIONAL-PREVIDENCIÁRIA	R\$ 514.552.504	R\$ 514.552.504
PROC.GERAL DA FAZ.NAC. NÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 545.306.471	R\$ 477.807.240
TRIBUTOS ICMS/ IPI	R\$ 52.003	R\$ 52.003
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 704.802.491	R\$ 685.577.902

TOTAIS**R\$ 1.797.598.907****R\$ 1.711.775.087****c) Provisões para Contingências**

Esses valores referem-se a processos em litígio nos quais a Empresa encontra-se no polo passivo da demanda judicial, os quais estão provisionados aguardando programação de desembolso.

d) Perdas Possíveis não Provisionadas no Balanço

Também denominadas passivos contingentes, referem-se a ações judiciais de naturezas cível, trabalhistas e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

NOTA EXPLICATIVA 18 - CONSIGNAÇÕES**a) Consignações a Recolher**

DESCRIÇÃO	2022	2021
DE FUNCIONÁRIOS/ PLANO DE SAÚDE	R\$ 463.770	R\$ 447.307
DE FUNCIONÁRIO/ ASSOCIAÇÃO RECREATIVA	R\$ 94.091	R\$ 69.603
DE FUNCIONÁRIO/ ENTIDADE SINDICAL	R\$ 80.399	R\$ 23.498
DE FUNCIONÁRIO/ EMPRÉSTIMOS	R\$ 24.292.078	R\$ 24.280.784
CLIENTE E FUNCIONÁRIOS/ HOSPITAL DO AMOR	R\$ 29	R\$ 133
TOTAIS	R\$ 24.930.368	R\$ 24.821.326

As consignações de funcionários referem-se a valores descontados em folha para custeio da participação no plano de saúde (Unimed e Ameron), em associação recreativa da CAERD (ARCA) e em filiação a Entidade Sindical (SINDUR). Já as consignações de empréstimos bancários se devem a valores descontados em folha para garantir o pagamento dos empréstimos consignados contratados pelos empregados junto a instituições financeiras.

Há também consignações em folha de pagamento para os funcionários e em fatura de água, com cobrança adicional, mediante autorização expressa dos usuários, cujo recurso financeiro arrecadado é recolhido em favor da Fundação Pio XII, também conhecida no Estado de Rondônia como Hospital do Amor. Esta instituição trata pessoas acometidas de câncer.

NOTA EXPLICATIVA 19 - OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Credores Diversos**

DESCRIÇÃO	2022	2021
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 2.731.029	R\$ 2.205.151
BANCO DO BRASIL	R\$ 852.035	R\$ 767.061
BRDESCO	R\$ 330.517	R\$ 330.516
FORNECEDORES DIVERSOS	R\$ 30	R\$ 0
PAGAMENTO A MAIOR	R\$ 0	R\$ 144.602
ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA	R\$ 84.637	R\$ 1.807.897
TOTAIS	R\$ 3.998.248	R\$ 5.255.227

NOTA EXPLICATIVA 20 - CAPITAL SOCIAL

a) O capital subscrito e integralizado da Companhia de Água e Esgotos Rondônia, é composto por **R\$ 182.631.833** (cento e sessenta e dois milhões, seiscentos e trinta e um mil oitocentos e trinta e três reais), mais reservas de capital no valor de **R\$**

390.198 (trezentos e noventa mil cento e noventa e oito). O Governo do Estado de Rondônia é o acionista majoritário com participação **99,99%**. Os demais acionistas representam apenas **0,01%** do capital social.

b) Passivo a Descoberto

DESCRIÇÃO	2022	2021
CAPITAL SOCIAL	R\$ 182.631.833	R\$ 162.631.833
RESERVA DE CAPITAL	R\$ 390.198	R\$ 390.198
RESERVA DE REAVALIAÇÃO A REALIZAR	R\$ 30.446.116	R\$ 31.756.713
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R\$ 1.773.857.820	-R\$ 1.754.444.388
TOTAIS	-R\$ 1.560.389.673	-R\$ 1.559.665.644

A Companhia vem sofrendo prejuízos recorrentes. Este fato causa preocupação do ponto de vista da eficiência de suas ações em todas as áreas de atuação (áreas meio e fim). Todavia, diversas frentes de investidas vêm sendo implementadas para modificar o cenário atual.

c) REPASSE A TÍTULO DE AUMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

No exercício de 2022, por meio de atuação da Diretoria junto ao Governo do Estado de Rondônia e mediante aprovação da Assembleia Legislativa do Estado da Lei nº 5.404, de 18 de julho de 2022, a Companhia recebeu repasse para aporte de capital no valor de R\$ 20.000.000 (vinte milhões de reais), cuja finalidade está justificada na lei que autorizou a transferência.

Diante de circunstâncias provocadas pela deficiência de caixa para aplicação em investimentos, o acionista majoritário buscou alavancar os negócios da CAERD aportando nela recursos pecuniários com o objetivo de tornar a Companhia uma Empresa equilibrada do ponto de vista econômico-financeiro.

Com isso a Gestão da Companhia vem realizando os investimentos em ativos de maneira que estes possam resultar em retorno de receitas para fazer frente às despesas fixas.

NOTA EXPLICATIVA 21 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

a) Reserva de Reavaliação

O saldo dessa conta é resultante da diferença entre o valor líquido contábil e o valor de mercado de bens, identificada com base em laudo técnico elaborado por três peritos ou entidade especializada, contabilizado até o exercício de 2007. A partir de 2008, com o advento da lei nº 11.638/2007, houve a vedação da adoção de novos procedimentos de reavaliação. O saldo que ainda se mantém nesse subgrupo vem sendo paulatinamente realizado nos termos autorizados em mandamento legal.

Conforme se depreende da Nota Explicativa 20. b, o saldo ainda não realizado em 31/12/2022 foi de R\$ 30.446.116. A contrapartida da realização da reavaliação ocorre em favor da conta dos prejuízos acumulados.

NOTA EXPLICATIVA 22 - PREJUÍZO ACUMULADO E DO PERÍODO

A Companhia de Água e Esgotos Rondônia acumulou prejuízo no último período no montante de R\$1.773.857.820. O prejuízo do exercício resultou no valor de R\$ 83.267.496. Logo abaixo fica evidenciado a comparação entre os períodos em destaque:

DESCRIÇÃO	2022	2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	R\$ 88.267.496	R\$ 73.682.504

ENDIVIDAMENTO:

A situação de endividamento da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia (CAERD) é um desafio significativo que precisa ser abordado para melhorar a saúde financeira da empresa. Ocorreu elevação no prejuízo em 19,79% entre 2021 e 2022. Embora a gestão tenha se esforçado para diminuir as despesas da Cia, fatos extras gerenciais contribuíram para elevação do prejuízo no exercício de 2022, em comparação com o exercício anterior.

Dentre esses fatos podemos destacar:

- A energia elétrica sofreu uma elevação de R\$4.190.640,62 (quatro milhões, cento e noventa mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e dois centavos), em comparação com o exercício de 2021. O aumento se deu basicamente por dois motivos, aumento tarifário e aumento de sistemas ligados pela Caerd, como por exemplo o município de Vale do Paraíso, booster em Espigão D'Oeste, poços tubulares profundos em diversos distritos e regularizações de ligações irregulares encontrado pela operadora;

- Quanto as perdas judiciais, tanto cível quanto trabalhistas, os Poderes Judiciários reconheceram em 2020 que os pagamentos das dívidas da Caerd devem seguir o rito de Precatório Ordinário, ou seja, inscreve a dívida em um ano para pagamento no ano subsequente. Esse reconhecimento trouxe o débitos acumulados na área cível, até 2020, para pagamento no exercício de 2021 e 2022, e os esses obrigações trabalhistas para os exercícios de 2022 e 2023. Observa-se que em 2022 houve um acúmulo dos débitos cíveis e dos débitos trabalhistas. Esse acúmulo resultou na apresentação de um prejuízo de R\$3.952.683,29 (três milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos), conforme apresentado nas contas contábeis de despesas;

- Outro fato relevante é que a Caerd ao longo dos anos acumulou obrigações tributárias a pagar, sobre as quais são aplicados multas, juros, correções e encargos. Estes contribuíram para um aumento de R\$5.256.350,81 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e um centavos) em relação ao exercício imediatamente anterior, conforme apresentado nas contas contábeis de resultado;

Somente esses três fatores representam contabilmente um percentual de 92% do aumento do prejuízo entre 2021 e 2022, conforme abaixo:

Denominação	Valor Bruto
Energia Elétrica	5.256.350,81
Perdas Judiciais	3.952.683,29
Multas/ Juros/Correção	4.190.640,62
Total	13.399.674,72
Prejuízo 2022	88.267.495,79
Prejuízo 2021	73.682.504,00
Diferença Prejuízo 2021/ 2022	14.584.991,79
91,87% Percentual Diferença entre os exercícios	

Os esforços da gestão para criar receita para melhorar o resultado do exercício, partem das premissas de que é necessário aplicar recursos financeiros, fazer uso de mão de obra especializada, adquirir materiais a serem empregados na prestação de serviços com maior eficiência e economicidade, aparelhar a logística e dar o suporte necessário com fito na obtenção e acréscimos de receitas. Ou seja, promover a manutenção das atividades com ganhos de eficiência, ao mesmo tempo em que se acumulam ganhos monetários para implementação e expansão dos negócios.

Pelas razões expostas a gestão da CAERD ampliou seu corpo técnico- operacional e estrutural fazendo contratações e aquisições classificadas como urgentes no cenário atual.

Em paralelo a essas medidas estão em andamento ações com o objetivo de gerar reajustes justos nos valores das tarifas, pois desde 2015 a Companhia não atualiza seus preços.

NOTA EXPLICATIVA 23 - PREJUÍZO POR AÇÃO

a) Prejuízo por Ação

PREJUÍZO POR AÇÃO	2022	2021
AÇÃO ORDINÁRIA - VALOR UNITÁRIO	-R\$ 0,48	-R\$ 0,43

O prejuízo por ação é determinado considerando o resultado negativo em relação às ações em circulação, na data do balanço. O valor das ações, conforme apurado na Demonstração do Resultado do Exercício finalizou o exercício financeiro com saldo negativo na ordem de R\$ -0,48. Este resultado não gera dividendos obrigatórios.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social:

Nos exercícios de 2022, 2021 não houve destinações para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o lucro líquido, por conta dos resultados negativos apurados.

NOTA EXPLICATIVA 24-CONTROLE DOS ATOS POTENCIAIS DE IMPACTO NO PATRIMÔNIO

O sistema de compensação é um controle à parte do sistema patrimonial, ou seja, enquanto este último engloba as contas que compõem o patrimônio da empresa como um todo (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido), aquele abrange contas que servem exclusivamente para controle, sem fazer parte do patrimônio. Os contratos de aquisição de material ou prestação de serviços são registrados com a finalidade de acompanhar sua execução e eventual reflexo no patrimônio da Companhia.

CONTROLE DE ATOS POTENCIAIS - CONTRATOS	2022	2021
DE OBRAS	R\$ 2.747.500	R\$ 0
DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS	R\$ 125.468	R\$ 125.468
DE MATERIAIS E SERVIÇOS	R\$ 35.366.611	R\$ 20.136.729
DE LOCAÇÃO	R\$ 1.487.530	R\$ 1.318.812
DE FIANÇA	R\$ 0	R\$ 0
TOTAIS	R\$ 39.727.109	R\$ 21.581.009

Como se observa no quadro acima, há um desejo da Gestão da CAERD em expandir os negócios ao firmar negociação com Empresa dentre elas a que detém expertise em perfuração de poços tubular profundos (Contrato de Obras).

Além disso, através de planejamento estratégico, a Gestão da Companhia fez parcerias mediante contrato com Fundo Penitenciário (FUPEN), Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e diversos fornecedores de insumos essenciais para as atividades da Companhia.

NOTA EXPLICATIVA 25 - CONFRONTO DE DESPESA RECEITA

A CAERD, caracterizada em seu estatuto social como Sociedade de Economia Mista tem uma natureza complexa, pois é pessoa jurídica de direito privado inserida no direito público, na medida em que serve de instrumento para administração indireta do Estado.

Haja vista que a Constituição Federal, o Decreto-lei nº 200/1967 (que dispõe sobre a Administração Federal) e a Lei das Sociedades Anônimas, versam sobre as sociedades de economia mista, e agora mais recente a lei nº 13.303/2016, tem-se evidenciada uma duplicidade de enfoques, que aliada à junção do capital público com o privado, contribui para os dilemas societários sobre objetivo último de obter lucro ou de servir à sociedade com serviços públicos de qualidade deixando em segundo plano a medição da lucratividade.

Não se pode olvidar a finalidade dos investidores em obter resultados financeiros de suas participações na composição do capital social mediante ações adquiridas, se fosse diferente, não haveria atrativo algum. Em relação à Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, seus acionistas ainda não obtiveram resultado satisfatório com seus investimentos aplicados. Isso se deve aos constantes prejuízos apurados no final dos exercícios.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS		DESEMPENHO	
	2022	2021	RESULTADO	EFEITO
RECEITAS	R\$ 139.116.252	R\$ 132.127.799	R\$ 6.988.453	POSITIVO
DESPESAS	R\$ 227.383.748	R\$ 205.810.303	R\$ 21.573.445	NEGATIVO
PREJUÍZO	-R\$ 88.267.496	-R\$ 73.682.504	-R\$ 14.584.992	AUMENTO

No encerramento do exercício de reporte percebe-se elevação no desempenho da Companhia no que tange a receita. Veja que, em comparação com o exercício anterior, a receita saltou demonstrando uma melhora em sua performance. Resultado das ações de Gestão da CAERD que mediante determinações expedidas aos Setores Comercial e Operacional passou a atuar com afinco trazendo resultados expressivos.

Por outro lado, verificamos aumento também na execução da despesa a qual cresceu em sentido inverso. As razões estão difundidas na nota explicativa 22.

Baseados nas informações extraídas é possível afirmar que a Companhia necessitaria de elevação em suas receitas mensais no valor monetário de **R\$ 7.355.625**, ou seja, seria necessário um incremento de cerca de **36,5%** sobre o faturamento atual.

NOTA EXPLICATIVA 26 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Demonstração do Valor Adicionado

A legislação societária brasileira, inicialmente, exigia a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado para as companhias abertas, e considerava como facultativa para as companhias fechadas. No caso da CAERD, esta demonstração passou a ser obrigatória a partir da publicação da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que determinou em seu art. 7º a aplicação a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

Sua divulgação visa dar clareza quanto à forma de como a CAERD está distribuindo a riqueza gerada no exercício. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08.

NOTA EXPLICATIVA 27 - BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

O Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2021/2023, firmado entre Caerd e Sindur estabelece diversos benefícios aos empregados públicos os quais seguem sintetizados logo abaixo:

a) Ticket Refeição: A empresa concederá o tíquete refeição ao valor de **R\$ 950,00** (novecentos e cinquenta reais) que equivale a **R\$ 41,30** (quarenta e um reais e trinta centavos) por dia referente 23 (vinte e três) dias ao mês, com coparticipação de 1% (um por cento) sobre o valor do benefício por parte do empregado (a).

b) Auxílio Alimentação: A empresa concederá aos empregados (as), que estão submetidos à escala de revezamento de 12/36 horas, o valor de **R\$ 151,96** (cento e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos) por mês, com coparticipação de 5% do valor do benefício.

c) Vale Transporte: A empresa fornece vale transporte para funcionários que optaram pelo uso do benefício, conforme a lei em vigor.

d) Auxílio Educação: A empresa pagará, no início do período letivo (uma vez por ano), o percentual de 43,06% piso salarial da Companhia, aos empregados (as) que tiverem filhos cuja idade varie entre 04 (quatro) e 14 (quatorze) anos, com matrícula comprovada na pré-escola e ensino fundamental que percebem até 1,5 (um e meio) do piso salário.

e) Auxílio Funeral: A empresa pagará a título de auxílio funeral 03 (três) pisos salariais da Companhia, para casos de falecimento do empregado ou dependentes legal reconhecidos pela Previdência Social.

f) Auxílio Creche Pré-Escola: A empresa pagará o valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais) por filho (a) mensalmente, para custeio de despesas de assistência em creche com idade inferior a 04(quatro) anos.

g) Outros Benefícios: A empresa concederá aos seus empregados os seguintes benefícios: programa de assistência a saúde (extensivo ao cômputo, auxílio doença, auxílio tratamento de saúde fora do estado, auxílio ao filho excepcional).

NOTA EXPLICATIVA 28 - FATOS RELEVANTES

a) Saída de Nova Brasilândia

Durante o exercício de 2022 o município de Nova Brasilândia saiu da lista de cidades atendidas pela Caerd. Este fato ocorreu em outubro. Os funcionários lotados naquela municipalidade foram aproveitados em outras localidades

b) Saída de Pimenta Bueno

No ano de 2016, antes de encerrar o primeiro semestre, a cidade de Pimenta Bueno despreendeu-se do rol de cidades atendidas pela Caerd. Esta saída deu-se por meio de processo judicial onde ficou decidido em juízo a efetiva separação. O Ativo Contingente, investimento não amortizado, não foi lançado em Balanço em atendimento ao CPC 25. Destacamos que a massa patrimonial da Caerd está sendo disputado em sede de ação judicial cível.

c) Saída de Ariquemes

Ainda no mesmo ano de 2016, no mês de setembro, a cidade de Ariquemes ganhou “independência” da Caerd. Sua saída se deu por decisão judicial a semelhança do que aconteceu no município de Pimenta Bueno. Os Ativos Contingentes estão sendo tratados em juízo.

d) Saída de Rolim de Moura

Em 2017 foi a vez da cidade de Rolim de Moura. Neste ano a prefeitura, por meio de processo licitatório contratou uma Empresa para tomar o lugar da Caerd no abastecimento de água tratada e no tratamento de esgotamento sanitário. Na ocasião não houve indenização prévia dos ativos não amortizados. Por essa razão a questão também foi judicializada.

e) Outros Fatos Relevantes

A Companhia foi a única Estatal da região norte a apresentar para a Agencia Nacional de Água - ANA estudo de viabilidade econômico-financeira onde ficou demonstrado que a Caerd teria, de forma presumida, condições de atender a população do estado de Rondônia com água tratada e esgotamento sanitária nos prazos estabelecidos pelo Decreto 10.710/2021 o qual regulamentou a lei nº 11.445/2007 de 05/01//2007. Conforme o referido decreto o prazo para universalizar água e esgoto no estado seria até 2033 (Proc. SEI 0003.573642/2021-36). Convém destacar que o estudo passo pelo crivo de outras duas empresas sendo uma certificadora (FUNDACE) e a outra de auditoria independente (AUDIMEC AUDITORIA INDEPENDENTE).

NOTA EXPLICATIVA 29 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Estas são as Demonstrações Financeiras e suas respectivas notas explicativas referente ao exercício financeiro de 2022. As Demonstrações Contábeis explanaram sobre o desempenho da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia durante todo o ano. As informações foram elaboradas em 03 de abril de 2023 e os dados inseridos nesta peça contábil refere-se exclusivamente ao exercício iniciado em 01 de janeiro e findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTA EXPLICATIVA 30 - AGRADECIMENTOS

A Companhia agradece ao Governo do Estado de Rondônia, seu maior acionista, pelo apoio dado em termo financeiros e estruturais, quando concede autorização de uso de suas máquinas e equipamentos na solução de problemas nas centenas de redes “enterradas” pelas ruas das cidades abastecidas pela Empresa, quando cede alguns de seus servidores para contribuir com o projeto de melhorias da Caerd.

Também agradece aos seus funcionários que contribuíram na realização das ações administrativa, comercial e operacional.

E principalmente, a Caerd agradece à população rondoniense que financia diretamente a Companhia quando utiliza os serviços prestados, pagando suas tarifas em dias.

CLEVERSON BRANCAHÃO
DIRETOR PRESIDENTE

MESSIAS NAZARENO SILVEIRA MAIA
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

ROGÉRIO GOMES DA SILVA
CRC/RO nº 008561/O-3
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

Protocolo 0038578312